



## Funcionalismo adere ao dia nacional de greves e protestos

Anulação da reforma da Previdência  
Pág. 03

Servidores do Judiciário Federal reivindicam melhores condições de trabalho e melhorias no plano médico - Pág. 04

# Jornal do Judiciário

Quarta-feira, 10 de julho de 2013  
JJ477 - 8.000 exemplares



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP **Gestão: Unidade e Luta 2011/2014** Tel.: (11) 3222-5833

## Pautas Gerais

Dia 11 de julho poderá ter a maior paralisação da história de São Paulo  
Pág. 02

# VAMOS PARAR EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS GRATUITOS E DE QUALIDADE

**Todos às ruas por mais verbas para a saúde e educação públicas!**

## 11 de julho

Dia Nacional de Greves e Mobilizações

Reajuste salarial digno e valorização do servidor público.

Paridade entre ativos e aposentados.

Anulação da reforma da previdência de 2003.

Contra a privatização dos hospitais universitários e da previdência do servidor.

Não aos leilões do petróleo e ao projeto de lei que cria fundações privadas no setor público (PLP-092/09).

**FÓRUM NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS**

Os servidores do Judiciário vão participar do Dia Nacional de Lutas, em 11 de julho. Essa foi a decisão da assembleia realizada em frente ao TRF-3, na tarde de quinta-feira, 4.

A assembleia também definiu que a paralisação começa às 15h, horário previsto para a realização de uma manifestação do conjunto do funcionalismo e de outras categorias na Av. Paulista.

Entre as reivindicações dos servidores está a antecipação das parcelas de 2014 e 2015, o respeito à data-base e a anulação da Reforma da Previdência [veja todas as reivindicações neste material]. A mobilização é uma continuidade da campanha salarial do ano passado com a diferença de que as reivindicações dos servidores encontram ressonância nos protestos que se alastraram pelo país nas últimas semanas.

A orientação aos colegas do interior é que organizem as suas manifestações e enviem os relatos e fotos ao Sintrajud.

Participe!

# Pautas Gerais

- Reduzir o preço e melhorar a qualidade dos transportes coletivos
- Mais investimentos na saúde e educação pública
- Fim do fator previdenciário e aumento das aposentadorias
- Redução da jornada de trabalho
- Fim dos leilões das reservas de petróleo
- Contra o PL 4330, da terceirização
- Reforma Agrária

## Dia 11 de julho poderá ter a maior paralisação da história de São Paulo

Depois da enorme onda que sacudiu o país, começa haver uma nova movimentação. A adesão das centrais sindicais na construção de uma data de luta em 11 de julho está preocupando governos e patrões.

As mobilizações de 11 de julho vão trazer à tona um novo debate no país. As reivindicações que estavam dispersas nos cartazes em todos os protestos, agora vão ser organizadas em uma pauta de reivindicações, e a luta vai ganhar centralidade.

O movimento operário está se preparando para organizar um movimento muito forte em São Paulo, veja quadro ao lado atualizado até sexta-feira.

Essas paralisações devem ser acompanhadas de protestos de rua, com bloqueio de avenidas e estradas, informou a CSP-Conlutas.

Vale destacar que a CSP-Conlutas sempre cobrou do governo do PT mudanças nos seus planos, para que as necessidades dos trabalhadores fossem atendidas: trabalho e salário; em defesa da aposentadoria [Fim do Fator Previdenciário e da proposta 85/95]; investimento de 10% do PIB na educação pública e de 6% na saúde pública; transporte público, estatal e de boa qualidade; saneamento básico; moradia e reforma agrária. Essas reivindicações sempre estiveram presentes nas campanhas da Central.

Nada disso foi atendido. Enquanto os trabalhadores amargam uma vida sofrida, os grandes empresários, os banqueiros, as multinacionais e o agronegócio ganham fortunas, sobretudo com recursos do Estado.

Por isso, a força do movimento será canalizada para obrigar o governo a mudar seus

planos e governar para os trabalhadores. A CSP-Conlutas reafirma que 11 de julho será apenas o começo!

### Categorias que irão parar no Estado de São Paulo

#### Metalúrgicos:

Vão parar em São Paulo, São José dos Campos, Santos, Campinas, Guarulhos, ABC e Osasco

#### Bancários:

Vão parar em São Paulo e Santos

#### Construção Civil:

Vão parar em Santos, São Paulo e Campinas

#### Petroleiros:

Vão parar em Santos, São Paulo e Campinas

#### Portuários:

Vão parar em Santos

#### Funcionalismo Público Federal:

Vai parar em São Paulo

#### Funcionários dos Judiciários:

Vão parar em São Paulo

#### Polícia Civil e Delegados de Polícia:

Vão parar em São Paulo

#### Metrô e CPTM:

Vão parar em São Paulo



1



2



3



4



5



6



7



8

11 de julho

# Funcionalismo adere ao dia nacional de greves e protestos

Federações e sindicatos de diversas áreas do serviço público convocam a adesão ao 11 de julho, dia nacional de greve e protestos; Judiciário e MPU vão participar

Servidores públicos federais, em campanha salarial, vão participar do dia nacional de greves, paralisações e manifestações marcado para 11 de julho. A defesa dos serviços públicos “gratuitos e de qualidade”, contra as privatizações, será a principal bandeira apresentada.

Federações e sindicatos dos diversos segmentos do funcionalismo preparam a participação no dia nacional de protestos convocado pela CSP-Conlutas e demais centrais sindicais. No Judiciário Federal e MPU, a direção da Fenajufe encampou

a pauta unificada apresentada pelas centrais e acrescentou as reivindicações do setor, algumas comuns a todo o serviço público federal.

A pauta específica traz, entre outros pontos, a antecipação das duas parcelas que faltam de reajuste da GAJ e Gampu, a formação de uma comissão interdisciplinar no Supremo Tribunal Federal e na Procuradoria-Geral da República para elaborar o plano de carreira, respeito à data-base e aumento do valor dos repasses para a saúde.

## Anulação da reforma da Previdência

O Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais, reunido em 25 de junho, aprovou a participação nas atividades do dia 11. Entre as pautas específicas, que serão combinadas às reivindicações gerais, des-

tacam-se o reajuste pela variação da inflação somado ao aumento do PIB, paridade entre ativos e aposentados, anulação da reforma da Previdência de 2003, defesa do direito de greve e negociação coletiva.

## Universidades, saúde e previdência podem parar

A orientação do Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN) às suas seções sindicais é construir os protestos do dia 11 de julho. Segundo a entidade, assembleias em algumas universidades já deliberaram por parar 24 horas neste dia, outras ainda vão definir.

O Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica) recomendou às entidades que discutam “a atual conjuntura política do país, a integração às manifestações em cada cidade e adesão à paralisação histórica do dia 11 de julho”.

A federação dos servidores das universidades federais (Fasubra) também está convocando a data. “Devemos participar nas manifestações de rua, levantar bem alto a bandeira de luta contra a Ebserh,

contra a terceirização, contra o Funpresp, pelo arquivamento imediato do PLP 92/2007 (...), pelo financiamento pleno da educação – 10% do PIB; pelo financiamento pleno da saúde, pela anulação da reforma da Previdência”, diz documento dirigido aos sindicatos filiados.

Servidores da Saúde, do INSS e do Ministério do Trabalho igualmente preparam o dia 11. “O Comando de mobilização da Fenasps orienta os trabalhadores (...) intensificar as mobilizações e paralisar as atividades (...) no dia 11 de julho de 2013”, recomenda a federação nacional do setor.

A Condsef, confederação que reúne servidores de ministérios, vê nas mobilizações do dia 11 um bom momento para cobrar do governo a abertura das negociações.



### Legenda:

**1 a 5** - 13.06.13 - Manifestação contra o aumento de passagens do Movimento Passe Livre (MPL) na pça. Ramos/SP  
Fotos: Jesus Carlos

**6 a 10** - 17.06.13 - Manifestação Movimento Passe Livre (MPL) no Largo da Batata, em Pinheiros/SP  
Fotos: Ennio Brauns

**11 a 15** - 20.06.13 - Manifestação Movimento Passe Livre (MPL) na Praça do Ciclista, na Av. Paulista - Fotos: Jesus Carlos

# Servidores do Judiciário Federal reivindicam melhores condições de trabalho e melhorias no plano médico

Uma nova forma de custeio do plano de saúde no TRF-3, contratação de servidores, melhores condições de trabalho no TRT-2 estão entre os pleitos da categoria

Em São Paulo, a categoria vai aproveitar o Dia 11 de julho para reivindicar melhores condições de trabalho, abertura de concurso público e melhorias no convênio médico. As pautas já foram levadas às administrações das Justiças Federal, Trabalhista e Eleitoral.

Na quinta-feira, 4, o Sintrajud apresentou alguns pleitos dos servidores à Diretoria do Foro da JF. Entre eles está a revogação da Ordem de Serviço nº 05/2013, que traz muita insegurança aos servidores que estão licença médica. Os diretores do Sintrajud Angélica Olivieri e Erlon Sampaio ressaltaram que uma pessoa em licença a saúde precisa ter tranquilidade ao retornar ao trabalho.

## OJAFs de Presidente Prudente e Osasco

Na reunião, o Sintrajud também cobrou rápida solução para o desvio de função a que estão sendo submetidos os Oficiais de Justiça de Presidente Prudente. Desde 2011 eles estão sendo obrigados a cumprir as funções dos assistentes sociais. O Sindicato ainda cobrou soluções para a dramática situação dos Oficiais de Justiça de Osasco. Com apenas quatro colegas atendendo sete cidades contíguas existem cerca de quatro mil mandados represados.

A realidade do setor de distribuição [Sedi], do Fórum das Execuções Fiscais, também foi apresentada à diretoria do Foro. Em 2010, o Sedi passou a atuar os processos, o que aumentou a demanda de trabalho do setor.

O Sintrajud cobrou respostas para outros requerimentos como a vacinação gratuita contra a H1N1, acesso aos dados do orçamento de 2014, conforme autoriza resolução do Conselho Nacional de Justiça e que os materiais do Sindicato possam ser entregues em todos os locais de trabalho.

## Por uma nova tabela de custeio do plano de saúde no TRF-3

Na sexta, 5, em reunião com a presidência do TRF-3, o Sintrajud reivindicou mudanças na forma de custeio do plano de saúde. A tabela divulgada pelo tribunal está sendo muito criticada pelos servidores, que a consideram injusta.

A categoria reivindica que o custeio do plano médico seja feito a partir de um percentual sobre o salário bruto: 2% para idade inferior a 18 anos e 3% a partir dos 18. A forma de custeio reivindicada foi aprovada em duas assembleias da categoria.

Falando em nome do presidente do TRF-3, a juíza Noemi Martins recebeu as reivindicações, afirmou que a tabela de custeio divulgada ainda não foi oficializada e disse que disponibilizará os dados atualizados dos servidores que estão no plano médico. Solicitados pelo Sintrajud, os dados são fundamentais para que o sindicato demonstre a viabilidade da reivindicação da categoria.

## Plano médico do TRE-SP

A discussão sobre o plano de saúde também ocupou parte da assembleia dos servidores da justiça eleitoral, realizada na quarta-feira, 3.

O TRE não oferece convênio médico para seus trabalhadores. Por solicitação do Sintrajud, a presidência do Eleitoral autorizou a constituição de um grupo de trabalho para estudar a viabilidade da contratação de um plano de saúde coletivo.

O Sintrajud solicitou assento nessa comissão para acompanhar a questão. A entidade ressalta, no entanto, que os servidores que já possuem convênio médico não serão prejudicados. A adesão ao novo plano, caso avance a possibilidade de convênio coletivo, será livre, sem nenhuma obrigatoriedade.

## Condições de Trabalho no TRT-2

Os servidores do TRT-2 da Av. Rio Branco estão indignados com a situação que se instalou desde que começou a reforma do prédio. A poeira e o excesso de barulho se tornaram rotina. Na última semana, "uma nuvem de pó branco adentrou em todos os andares do prédio, deixando os servidores sem a menor condição de trabalho. Vários colegas estão ou estiveram doentes por conta desta reforma", relatou uma servidora do prédio. A reforma está prevista para durar 15 meses, e o sindicato está buscando a presidência do TRT-2 para tratar do tema.

# Fenajufe dá ênfase à campanha salarial 2013 e elabora pauta emergencial

A antecipação das parcelas é uma reivindicação emergencial que também está na pauta das demais entidades dos servidores públicos federais

Além de participar do Dia Nacional de Luta, Mobilizações e Greves – em 11 de julho –, os servidores do Judiciário Federal vão realizar uma série de mobilizações para reforçar a pauta emergencial destinada aos tribunais superiores e ao MPU. A direção da Fenajufe, reunida em 29 e 30 de junho, destacou a necessidade de inclusão no orçamento a antecipação das parcelas da GAJ e Gampu.

A orientação da Fenajufe é que os sindicatos, nos estados, organizem atos e assembleias em 7 de agosto. A intenção é deliberar sobre o indicativo de ato nacional

em 14 de agosto, em Brasília, em frente ao Supremo Tribunal Federal. A partir do resultado dos atos e assembleias em todo o país, medindo a disposição da categoria em realizar o ato nacional, a Federação vai preparar a manifestação.

A pauta emergencial busca a antecipação das duas últimas parcelas da GAJ e Gampu (15,8%), reposição conquistada na greve unificada do funcionalismo público federal, que obrigou o governo a recuar na política de reajuste zero. Confira ao lado os demais pontos da pauta emergencial:

- Trabalhar para a constituição de comissão interdisciplinar no STF e na PGR para discutir o plano de carreira dos servidores do Judiciário Federal e MPU;
- Atuar para corrigir os prejuízos nos padrões e o reenquadramento;
- Trabalhar pelo o aumento dos valores repassados para a saúde;
- Garantir o pagamento dos passivos;
- Atuar contra o PLP 92/2007, de autoria da Presidente da República, que regulamenta o inciso XIX do art. 37 da Constituição Federal, parte final, para definir as áreas de atuação de fundações instituídas pelo poder público;
- Lutar contra o assédio moral;
- Lutar pela regulamentação da Convenção 151 (Negociação Coletiva), mas separar do debate sobre direito de greve que está sendo imposto pelo governo.
- Pelo direito de greve no serviço público.
- Participar como "amicus curiae" nas ações que pedem no STF anulação da Reforma da Previdência.
- Continuar a luta conjunta com as demais categorias do serviço público pela garantia da data-base.



**Jornal do Judiciário**



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

**Diretoria:** Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira (licenciado), José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica Silva, Maurício Rezzani, Tarcísio Ferreira

**Sede:** Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br  
**Subsede Baixada Santista:** Rua Proost de Souza, 35 - Santos / SP - CEP 11040-090 - Tel.: (13) 3238-3807 - Email: sintrajudsantos@uol.com.br

**Jornalistas:** Carlos Eduardo Batista e Lúcia Rodrigues | **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho | **Diagramação:** Roberto Gouveia | **Tiragem:** 8.000 exemplares

